



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Acumulação, Estado e financeirização: perspectivas críticas sobre o desenvolvimento.

Sistema Telebrás: a ilusão da privatização bem sucedida

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

Resumo: O artigo analisa criticamente a privatização do Sistema Telebrás, inserindo-a no contexto da internacionalização financeira e da consolidação do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990. Argumenta-se que as privatizações funcionaram como mecanismo de acumulação por espoliação, favorecendo o capital financeiro e a desnacionalização da economia. No caso da Telebrás, destacam-se o baixo valor de venda, os elevados investimentos públicos prévios, a lucratividade do sistema e a forte participação de capital estrangeiro. Conclui-se que a privatização, apresentada como bem-sucedida, reforçou a dependência externa e limitou a atuação do Estado em setores estratégicos.

Palavras-chave: privatização; Telebrás; neoliberalismo; financeirização; Estado.

Telebrás System: The Illusion of Successful Privatization

Abstract: This article critically analyzes the privatization of the Telebrás System, situating it within the context of financial internationalization and the consolidation of neoliberalism in Brazil during the 1990s. It argues that privatizations functioned as a mechanism of accumulation by dispossession, favoring financial capital and the denationalization of the economy. In the case of Telebrás, key aspects include the low sale price, significant prior public investments, the system's profitability, and the strong participation of foreign capital. It concludes that the privatization, presented as successful, reinforced external dependence and limited the State's role in strategic sectors.

Keywords: privatization; Telebrás; neoliberalism; financialization; State.

1. Introdução

A intensificação da internacionalização financeira a partir da década de 1970 redefiniu os padrões de acumulação capitalista, especialmente nas economias periféricas, impondo-lhes um conjunto de diretrizes alinhadas ao ideário neoliberal. No caso brasileiro, esse processo ganhou força a partir dos anos 1990 sob a influência do Consenso de Washington.

Nesse contexto, a financeirização consolidou-se como elemento estruturante da economia, subordinando as políticas públicas aos interesses do capital financeiro. Conforme argumenta Harvey (2004), tal dinâmica pode ser compreendida como parte de

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br.

um processo de “acumulação por espoliação”, no qual ativos públicos são transferidos ao setor privado, criando novas oportunidades de valorização do capital em cenários de sobreacumulação.

A privatização do Sistema Telebrás, realizada em 1998, insere-se nesse movimento mais amplo, constituindo-se como um dos casos mais emblemáticos do programa de desestatização brasileiro. Apresentada como um exemplo de sucesso, essa operação suscita questionamentos especialmente no que se refere à desnacionalização da economia, à transferência de ativos estratégicos e ao papel do Estado no desenvolvimento.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a privatização do Sistema Telebrás, situando-a no contexto do aprofundamento do neoliberalismo e da financeirização no Brasil. Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, discute-se o processo de consolidação do neoliberalismo no país; em seguida, examina-se a privatização do Sistema Telebrás e suas principais características; por fim, apresentam-se as considerações finais acerca dos desdobramentos desse processo.

2. O Aprofundamento do Neoliberalismo no Brasil

Marcaram as mudanças dos países periféricos para ter acesso ao novo ciclo de internacionalização de capital a Rodada Uruguai (1986 a 1994), que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, a cartilha do Consenso de Washington e a renegociação da dívida externa por meio do Plano Brady, além da criação do Mercosul.

O Consenso de Washington explicitou as orientações econômicas que as economias periféricas deveriam seguir para terem acesso aos capitais financeiros. “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID” (Batista, 1994, p. 5) nesta reunião realizou-se um balanço da política neoliberal nos países da América Latina que já haviam implementado o neoliberalismo e uma discussão para introduzir essa política em outros países. Entre os pontos importantes deste Consenso esteve o questionamento da competência do Estado. “Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e à conveniência de se transferir essa grave responsabilidade

a organismos internacionais” (Batista, 1994, p. 6), como o FMI.

Para receber esses capitais que supostamente ajudariam os países periféricos no seu processo de desenvolvimento em substituição ao Estado, era preciso encontrar formas de bem remunerá-los. Para tanto, foi proposta a renegociação da dívida externa, denominada Plano Brady. A partir da renegociação, veio a imposição de uma política econômica conforme estabelecida pelo Consenso de Washington, ou seja, ajustar a economia cada vez mais ao movimento da internacionalização financeira.

Ao assumir a presidência em 1990, o governo Collor iniciou algumas das mudanças sugeridas pelo Consenso: abertura comercial, produtiva e financeira, privatizações a partir da criação do I Plano Nacional de Desestatização (I PND) e uma tentativa de estabilização dos preços da economia brasileira, com o Plano Collor. Contudo, não logrou êxito na estabilidade de preços e as dificuldades na composição de forças políticas aliadas fizeram com que ele sofresse um processo de *impeachment* e deixasse a presidência da República em dezembro de 1992. O vice Itamar Franco assumiu a presidência após a sua saída e Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi chamado para ser Ministro da Fazenda (deixando o cargo de Ministro das Relações Exteriores) e levar adiante as políticas econômicas consubstanciadas no Consenso de Washington. Ainda que Itamar não tenha rompido com o neoliberalismo de Collor², foi, no entanto, no governo de FHC que este ganhou força no país e se consolidou. No governo FHC, houve o acirramento da abertura comercial, produtiva e financeira, uma perda ainda maior de autonomia por parte do Estado com os desdobramentos do Plano Brady (negociado enquanto ele era Ministro da Fazenda de Itamar), a estabilização de preços com a implementação do Plano Real, que havia sido elaborado ainda no governo de Itamar, e o avanço das privatizações por meio do II Plano Nacional de Desestatização (II PND).

Como na fase da internacionalização financeira a estabilidade econômica tornou-se um pressuposto para que os países conseguissem atrair os capitais disponíveis no mercado financeiro mundial, o Plano Real e o então Ministro da Fazenda contaram com o apoio do FMI, das empresas multinacionais e das burguesias brasileiras. Estas últimas sinalizavam seus anseios de também tirar vantagens dos ganhos da financeirização em detrimento do setor produtivo industrial.

² Para mais informações sobre o neoliberalismo no governo de Itamar Franco, ver: Rodrigues e Jurgenfeld (2021).

Basicamente, nesta forma de operar, o Plano Real criava uma armadilha para o crescimento econômico, visto que quando a economia crescia, elevavam-se ainda mais o déficit comercial e o de transações correntes. Isso ocorria porque a moeda sobrevalorizada e a abertura comercial rebatiam negativamente em uma das principais contas até então superavitárias do governo - a balança comercial -, que passava a apresentar vultosos déficits a partir de 1995. Como em um círculo vicioso, o déficit comercial afetava a conta de transações correntes e o governo “resolvia” o problema com emissão de títulos da dívida pública, que crescia exponencialmente para manter a moeda artificialmente valorizada e para “fechar” o balanço de pagamentos.

Com o aumento da dependência e da vulnerabilidade externas do país, escancaradas pelo Plano Real, pela possibilidade de os detentores da dívida pública realizarem seus ganhos a qualquer momento e pelo aumento da instabilidade financeira mundial, o governo brasileiro acirrou o processo de privatização, tido também como funcional para o suposto equilíbrio fiscal defendido pela equipe econômica. O governo tentava com os leilões de desestatização recompor as reservas cambiais a fim de manter o real valorizado.

A melhora do perfil da dívida pública, a redução dos gastos do governo, o discurso da modernização do parque produtivo do país e dos excessos da participação do Estado na economia eram evocados para justificar as privatizações. Tratou-se da defesa do “Estado mínimo e mercado livre”³ (Lesbaupin; Mineiro, 2002, p. 29).

O legado de FHC tornou-se ainda mais prejudicial pelas privatizações, uma vez que as receitas com os leilões das empresas estatais não amenizaram a dívida pública, muito menos os déficits em transações correntes. Entre os motivos certamente esteve o elevado patamar das taxas de juros, que aumentava a dívida pública de maneira mais acelerada do que as receitas com os leilões seriam capazes de cobrir. A maior parte dos gastos do governo FHC foi destinada justamente para o pagamento dos serviços da dívida pública, em contínuo crescimento. Deste modo, o Brasil desindustrializava-se enquanto o governo priorizava a remuneração do rentismo.

No ano de 1995, as privatizações que foram realizadas sob o governo FHC acentuaram a desnacionalização e a financeirização da economia⁴. Houve leis, decretos

³ Ressalta-se que as privatizações estavam entre os dez pontos elencados no Consenso de Washington.

⁴ De acordo com Furtado (1999, p. 92), “[...] as privatizações feitas pelo governo nos últimos quatro anos [1995-1998] criaram compromissos permanentes com o estrangeiro, de remessas de lucros. Ninguém

e medidas provisórias que não só estenderam as privatizações para setores ligados a serviços públicos, como também facilitaram e simplificaram o processo de privatização. A Medida Provisória 841, de janeiro de 1995⁵, foi uma das principais. Ela promoveu mudanças na Lei 8.031, de abril de 1990, e criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND). Na Medida Provisória 841, era destacada que as privatizações tinham como uma de suas metas “contribuir para a redução e melhoria do perfil da dívida pública, concorrendo para o saneamento do setor público”⁶.

Ainda em 1995, o governo FHC enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei relacionado ao setor de telecomunicações que regulamentava “a exploração pela iniciativa privada de serviços de telefonia celular e adicionados e de serviços de satélites. Foram ainda regulamentados a outorga de serviços de telecomunicações e de radiodifusão e os serviços de TV a cabo” (Programa..., 1996, p. 7).

O BNDES foi colocado ainda mais a serviço do processo de desestatização da economia brasileira, quando em 1997 foi permitido ao banco “prestar serviços financeiros para a implementação de projetos de privatização de serviços públicos nos níveis federal, estadual e municipal, bem como na estruturação de projetos do setor privado” (PROGRAMA..., 1996, p. 8). De acordo com Biondi (2014, p. 82), “o governo FHC assinou um decreto por meio do qual “o BNDES ficou ‘autorizado’ a [...] conceder empréstimos também a grupos estrangeiros [...]. O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais”.

3. Privatização do Sistema Telebrás

O sistema Telebrás foi privatizado em 1998, último ano do primeiro mandato de FHC. As privatizações em 1998 totalizaram US\$ 23,07 bilhões - o maior montante do governo de FHC. O ano de 1998 ficou marcado principalmente pela privatização do Sistema Telebrás⁷, que se constituiu enquanto “a maior operação de privatização de um

discutiu essa opção. E pergunto: o Brasil, endividado do jeito que está, pode se dar ao luxo de assumir compromissos externos crescentes sem prazo fixo, como os criados pelas privatizações?”.

⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-841-19-janeiro-1995-377369-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-841-19-janeiro-1995-377369-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁷ Para Prado (1994, p. 106), “a Telebrás [...] uma vez liberada de restrições constitucionais, se torna uma das mais atrativas ‘mercadorias’ ofertadas pelo processo. As experiências latino-americanas evidenciam o elevado interesse dos grupos internacionais por empresas nacionais de comunicações operando em mercados com demanda potencial elevada”.

bloco de controle já realizada no mundo” (Programa..., 1999, p. 1).

A venda do Sistema Telebrás somou R\$ 22 bilhões e foi efetuada em julho “através de 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ” (Programa..., 1999, p. 1). Com esses leilões, foram vendidas “três *holding* de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular” (Programa..., 1999, p. 1). Além disso, no mesmo ano “foi finalizado o processo de venda das concessões para exploração de Banda B de telefonia celular, com a venda de cinco áreas restantes, para as quais se arrecadou R\$ 3,3 bilhões” (Programa..., 1999, p. 1).

Contudo, antes do processo de privatização, o governo promoveu investimentos, aumentou os preços das tarifas e deixou a empresa lucrativa, como aponta Biondi (2001, p. 35):

[...] em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimento em dois anos e meio”. Com esse investimento “no primeiro semestre de 1997, a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Mas seu lucro deu um salto de 250%, passa para 1,8 bilhão de reais [...]. Não houve ‘milagre’ algum, pura e simplesmente o governo havia, finalmente, começado a eliminar o congelamento das tarifas dos serviços das estatais atualizando-as. Bastou dar início aos reajustes negados durante anos, enquanto a inflação continuava a aumentar os custos das estatais, para a situação se inverter e os lucros dispararem. Sem privatização” (BIONDI, 2001, p. 45). Mesmo assim, o governo privatizou o sistema Telebrás. Segundo Biondi (2001, p. 33), “[...] quando as teles afinal foram vendidas por 22,2 bilhões de reais, os meios de comunicação trombetaram o tempo todo que o governo usara aquela ‘dinheirama’ para reduzir a dívida ... Continuavam a esconder que na verdade o governo só recebera 40% desse valor – 8,8 bilhões de reais. (De fato, receberia menos ainda, considerando que o governo financiaria, por meio do BNDES, 50% da entrada).

A venda do Sistema Telebrás mostrou uma articulação política que ficou conhecida como “escândalo do grampo no BNDES”⁸ (Mendonça..., 20/11/1998, p. 5; Presidente..., 21/11/1998, p. 4; Grampo..., 24/11/1998;⁹ Acervo..., 15/10/2014¹⁰), que resultou em afastamento do então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que havia substituído Sérgio Motta (morto em 1998 poucos meses antes da privatização) e de André Lara Resende, então presidente do BNDES, tendo este assumido o cargo no lugar de Mendonça de Barros. Eles foram acusados de improbidade administrativa por

⁸ Para mais informações sobre os meandros das privatizações no governo FHC, ver: Ribeiro Jr. (2011).

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc24119803.htm>.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acervo-lembrancas-do-governo-fhc-8756.html>.

favorecimento de algumas empresas no processo, entre elas o Banco Opportunity¹¹.

O valor de venda de todo o setor de telecomunicações (incluindo a Banda B de telefonia celular) chegou a ser estimado em R\$ 100 bilhões pelo próprio governo, poucos meses antes do leilão, em julho de 1997 (Telebrás..., 23/07/1997, p. B1). No entanto, esse número foi desconsiderado logo depois e o sistema foi avaliado com o preço mínimo de apenas R\$ 13,5 bilhões, contemplando o valor aferido pelo mercado, que era de R\$ 13 bilhões (Telecom..., 10 e 11/06/1998, p. B1; Fundações..., 11/06/1998, p. B1).

As cifras se distanciavam daquilo que havia sido avaliado até mesmo por um banco alemão, o Deutsche Morgan Grenfell, que citava US\$ 63,7 bilhões o valor da Telebrás, sem incluir a Banda B. Auro Rozenbaum, analista do banco, chegou a afirmar que isso seria o “preço justo para todo o Sistema” (Sistema..., 14/01/1998, p. A1 e B1).

Além de um baixo valor, a Telebrás foi ofertada com um mecanismo de redutor de preço para compensar o ingresso de competidores nas áreas das subsidiárias leiloadas. O redutor foi em média de 20% (Preço..., 09/06/1998, p. B5). As ofertas generosas por parte do governo ocorriam apesar de um grande volume de interessados: havia em novembro de 1997, poucos meses antes do leilão, 73 empresas interessadas na privatização do setor de telecomunicações brasileiro (Disputa..., 26/11/1997, p. A1 e B2).

Dos R\$ 22 bilhões pagos pela Telebrás, a maior parte foi proveniente de capital estrangeiro:

Os grupos estrangeiros, principalmente espanhóis e portugueses, dominaram a disputa. Das 12 empresas, 4 foram arrematadas por consórcios de capital externo. Em outras 6, houve associação entre capital nacional e estrangeiro. Somente 2 telefônicas foram arrematadas por grupos exclusivamente nacionais. Sozinhos, os consórcios estrangeiros investiram R\$ 8,026 bilhões, mais que o dobro do total pago pelas empresas compradas exclusivamente por grupos nacionais (R\$ 3,874 bilhões). Associados, capital externo e nacional investiram mais R\$ 10,157 bilhões (Teles..., 30/07/1998)¹².

O capital estrangeiro foi bem tratado pelo governo. Antes do leilão, FHC chegou a viajar para a Europa e fazer propaganda das desestatizações. Dizia convidar as empresas europeias “ao sucesso” e não “ao sacrifício”, e as chamava para participar do que ele

¹¹ O ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros admitiu em depoimento no Senado que tinha preferência pelo consórcio liderado pelo Banco Opportunity no leilão da Tele Norte Leste (Mendonça..., 20/11/1998, p. 5). Um dos diretores do banco era Pêrsio Arida, seu amigo pessoal, um dos formuladores do Plano Real, ex-ministro do governo FHC, casado com Elena Landau, que foi diretora de desestatização do BNDES entre 1993 e 1996.

¹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30079802.htm>.

denominou “projeto de transformação definitiva da economia brasileira em uma economia madura” (FHC..., 19/09/1995, p. A1).

A privatização do sistema público de telefonia do país efetivou-se após investimentos significativos feitos pelo governo. Enquanto ainda estatal, por exemplo, a Telebrás investiu US\$ 4,3 bilhões em 1993, US\$ 4,4 bilhões em 1994, US\$ 4,5 bilhões em 1995 e US\$ 6,5 bilhões em 1996 (Relatório..., 1996)¹³. Em 1995, o governo chegou a anunciar investimentos bastante elevados para os oito anos seguintes: R\$ 75 bilhões (Governo..., 29/11/1995, p. B1)¹⁴.

A trajetória bem-sucedida da Telebrás nos anos anteriores à privatização levou-a a um patrimônio líquido de R\$ 22,3 bilhões em 1994 e de R\$ 24,2 bilhões em 1995. Também a conduziu a anos sucessivos de lucros (R\$ 467,1 milhões em 1994; R\$ 809,5 milhões em 1995; R\$ 3,2 bilhões em 1996 e de R\$ 3,9 bilhões em 1997) e de aumento do seu faturamento bruto (cerca de US\$ 10 bilhões em 1994 e de R\$ 11,4 bilhões em 1995) (Lucro..., 26/03/1996, p. A1 e C4; Telebrás..., 06/02/1997, p. A1 e B1; Telebrás..., 24/01/1998¹⁵).

Os dados de 1997 eram elucidativos sobre o lucro do Sistema Telebrás como um todo: todas as controladas apresentavam lucros, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 Lucratividade do Sistema Telebrás em 1997 (em R\$ mi)	
Empresa	Lucro
Telesp	1.140
Embratel	508,1
Telemig	381,4
Telerj	254,8
Telesc	175,9
Telepar	162,8
Telpe	154,6
Telebrásia	146,2
Telebahia	141,0
Teleceará	139,4

¹³ Disponível em: <http://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/RA1996.pdf>.

¹⁴ Os investimentos antes da privatização eram acertados de forma que a empresa realizasse os aportes, sobretudo, em encomendas de tecnologia no mercado nacional. Em março de 1994, por exemplo, ela informava que mais de 45% das compras do Sistema Telebrás davam preferência aos produtos fabricados no país e com tecnologia nacional (MAIS..., 07/03/1994, p. 10). A Telebrás mantinha um centro de pesquisas em Campinas para o desenvolvimento tecnológico do setor.

¹⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi240110.htm>.

Telegoiás	88,2
Telest	86,0
CTBC	74,0
Telemat	71,7
Telepará	54,8
Telems	47,5
Telern	33,3
Telemazon	27,5
Telma	26,8
Telpe	24,1
Telergipe	19,1
Telepisa	16,8
CTMR	15,8
Telasa	8,0
Teleamapá	5,9
Teloron	4,5
Telaima	4,3
Teleacre	3,3
Total	3.815,80

Fonte: Gazeta Mercantil (22/1/1998). Elaboração própria.

Entre essas 28 empresas, a Telesp despontava com lucro superior a R\$ 1,1 bilhão. Segundo Biondi (2014), o governo também deixou em caixa na Telesp para os compradores R\$ 1 bilhão.

Previamente à privatização, como parte do processo do governo de “preparar” o Sistema Telebrás para a sua venda, devem ser destacados os vários aumentos de tarifas que foram concedidos, e que o governo denominou “reestruturação tarifária”. Em 1995, o governo admitia que, sem uma reestruturação que significasse aumento de no mínimo cinco vezes o valor da tarifa básica, o setor de telefonia ficaria menos atrativo para empresas privadas (Tarifas..., 13/03/1995, p. 17). Em novembro de 1995, anunciava que a tarifa de assinatura de telefonia residencial estaria 513% mais cara. Foram elevadas também as assinaturas não residenciais em 80%, de tronco (87%) e as chamadas interurbanas (22,22%). Os aumentos possibilitariam uma elevação de 25% na receita da Telebrás (Tarifas..., 28/11/1995, p. A5).

Como parte também do pacote de preparação para a sua venda, a empresa abriu um PDV. A Telebrás aprovou o lançamento de um programa de demissão em agosto daquele ano para “reduzir e renovar” o efetivo de pessoal do sistema, que era de 92,5 mil

empregados (Telebrás..., 07/10/1996, p. A3 e C4).

O papel do BNDES na privatização da Telebrás foi o de “coordenar” a privatização – e pode-se dizer de influenciar o processo, comprovado pelo escândalo do grampo¹⁶ – e o de liberar recursos não só para o financiamento do pagamento das empresas adquirentes (que inclusive podiam parcelar os valores a serem pagos em três vezes), como também o de prover recursos para investimentos após concluído o processo de privatização.

Em agosto de 1998, o BNDES informava que, além de destinar R\$ 1,2 bilhão ao financiamento da venda do Sistema Telebrás, preparava a generosidade de uma linha especial de crédito para as empresas que foram privatizadas, que envolvia até US\$ 15 bilhões nos então próximos cinco anos – 30% dos investimentos de US\$ 50 bilhões que estavam previstos para o setor neste mesmo período (BNDES..., 20/8/1998, p. 8).

A venda do sistema de telecomunicações recebeu críticas sobre a rapidez com que o processo de tamanho vulto foi realizado. Para Biondi (2014, p. 64), a pressa tinha como motivo o fato de que “desde maio de 1998, os banqueiros e investidores internacionais já estavam fugindo, cortando o crédito, do Brasil, e o real caminhava para a desvalorização”. Segundo ele, os leilões da Telebrás permitiriam captar dólares e reais e manter “a ilusão do real até a reeleição”. Deve-se ressaltar que o déficit em transações correntes em novembro de 1998 atingia 4,4% do PIB, o maior patamar desde a crise da dívida externa (Déficit..., 28/11/1998, p. 8).

O presidente da Telebrás em 1998, Fernando Xavier, chegou a justificar a privatização dizendo que não havia diferença entre trocar um monopólio estatal por um monopólio privado, quando questionado por membros da OAB sobre os problemas no processo. Alegava uma boa negociação à época, uma vez que nos próximos três anos as concessionárias seriam obrigadas a contribuir para a manutenção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), como se isso fosse muito significativo. Em 1997, o CPqD recebeu investimentos de R\$ 120 milhões. Era uma moeda de troca pífia dada a magnitude do negócio que foi vendido. Para o então presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo de Castro, era preciso uma reflexão mais profunda porque a Telebrás era o maior patrimônio público alienado pelo Estado brasileiro e estava sendo privatizada na antevéspera de eleição presidencial (Presidente..., 02/07/1998, p. B1).

¹⁶ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/pre_sp_67.htm: Para mais informações ver: Carta Capital, 25 de novembro de 1998, Ano IV, Nº 87. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Edicao%2087.pdf>

Essa reflexão jamais ocorreu. Em texto de homenagem ao ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, um dos grandes articuladores da privatização do Sistema Telebrás, o ex-ministro Mendonça de Barros trazia o seu entendimento sobre a conclusão do leilão, afirmando que tinha sido um sucesso pela popularização da telefonia no Brasil: “A luta agora é para dar renda aos brasileiros a fim de que possam utilizar os telefones disponíveis quase gratuitamente. Serjão, onde você estiver, nós vencemos!” (Quatro..., 19/04/2002, p. 2). De fato, alguns foram os vencedores do processo. Mas a maioria da sociedade foi perdedora.

4. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o processo de privatização no Brasil esteve profundamente articulado às transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, em especial à internacionalização financeira e à hegemonia das diretrizes neoliberais. Inseridas no escopo do Consenso de Washington, as privatizações foram apresentadas como instrumentos de modernização econômica e ajuste fiscal, mas, na prática, revelaram-se mecanismos de reconfiguração do papel do Estado em favor dos interesses do capital financeiro.

No caso específico do Sistema Telebrás, observou-se que sua privatização ocorreu em um contexto marcado por pressões políticas e econômicas, além de apresentar elementos que colocam em xeque a narrativa de sucesso amplamente difundida à época. Entre esses aspectos, destacam-se o valor de venda inferior às estimativas previamente divulgadas, os elevados investimentos públicos realizados antes da desestatização, a lucratividade do sistema e a reestruturação tarifária que aumentou a atratividade do setor para o capital privado.

5. Referências

BATISTA, Paulo N. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo: PEDEX, n. 6, 1994.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BNDES. **Programa Nacional de Desestatização**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

BNDES. **Programa Nacional de Desestatização**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

DÉFICIT em transações correntes atinge maior nível desde crise da dívida. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 28 nov. 1998.

DISPUTA atrai 73 grupos para telecomunicações. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 nov. 1997.

FUNDAÇÕES participam da disputa das teles. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 jun. 1998.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOVERNO anuncia investimentos em telecomunicações. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 nov. 1995.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte do Estado e a privatização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PRADO, Sérgio R. R. do. **Intervenção estatal, privatização e fiscalidade**. Tese (Doutorado)– Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 1994. Campinas: 1994.

PREÇO mínimo da Telebrás é reduzido. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 jun. 1998.

RODRIGUES, Carlos H. L.; JURGENFELD, Vanessa. F. O neoliberalismo no governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatizações. **Revista da SEP**, n. 60, maio-ago 2021, p. 145-176.

SISTEMA Telebrás é avaliado por banco internacional. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 jan. 1998.

TELEBRÁS pode valer R\$ 100 bilhões. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 jul. 1997.

TELECOM: disputa acirrada no leilão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10-11 jun. 1998.

TELES são arrematadas por grupos estrangeiros. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 30 jul. 1998.